

Para acessar o relatório completo clique [aqui](#).

Box 2. Despesas públicas por área de atuação do governo

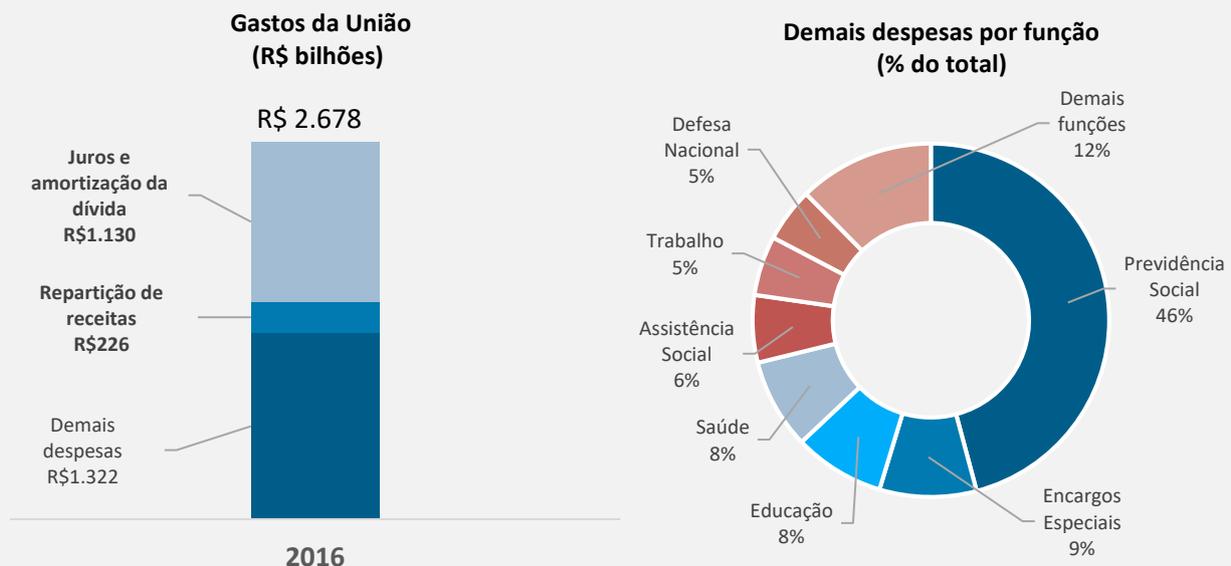
A análise das despesas do governo sob a ótica fiscal direciona a atenção para agregados relevantes no acompanhamento do resultado primário e do cumprimento de metas fiscais, a exemplo da típica separação entre despesas obrigatórias e discricionárias. Essa divisão, embora útil para avaliar o grau de rigidez orçamentária, pouco revela a respeito da composição do gasto público entre as diferentes áreas de atuação do Estado: educação, saúde, previdência, defesa nacional, dentre outras.

O olhar setorial diz muito a respeito das escolhas alocativas dos governos e da própria sociedade, pois revelam preferências contidas no texto constitucional e nas leis aprovadas pelo Congresso.

Em 2016, do total de R\$ 2,7 trilhões em despesas da União, R\$ 1,3 trilhão pode ser de fato associado a gastos nas diferentes áreas de atuação do governo (a diferença corresponde a amortizações e juros da dívida, além da repartição de receitas com os demais entes). Quase metade desse montante líquido se destina a atender exclusivamente despesas da Previdência Social (46%).

Há pelo menos dois aspectos relevantes a respeito das despesas previdenciárias da União. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que o pagamento das despesas do Regime Geral de Previdência social é de responsabilidade da União, de modo que tal participação no total da despesa não se repete na maior parte dos entes federados.

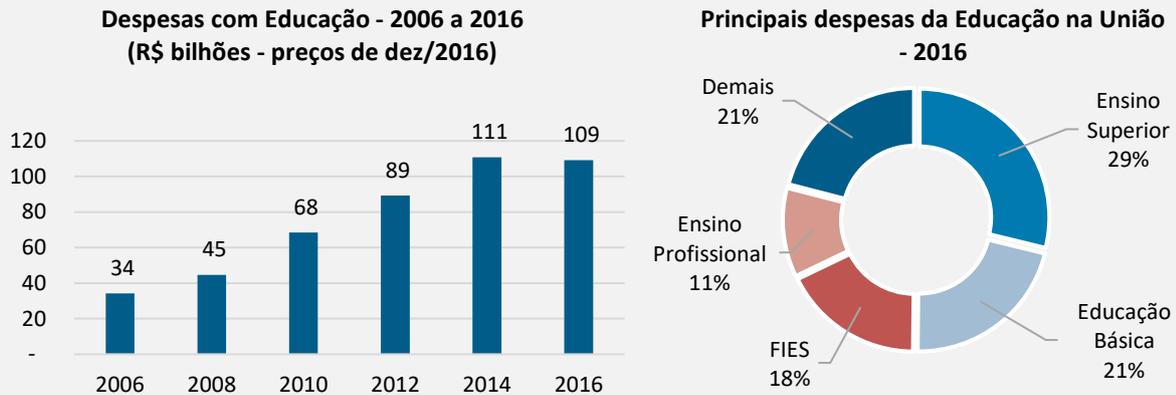
Em segundo lugar, esse volume de recursos evidencia, sob uma perspectiva mais econômica, a atuação do Estado como mero repassador de recursos: parte significativa daquilo que ele recolhe junto à sociedade é devolvida na forma de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários e assistenciais.



Fonte: Siga Brasil. Elaboração: IFI.

Além da Previdência Social, outras funções do governo têm peso relevante no total de despesas, como saúde e educação. Esta última, com efeito, aumentou significativamente sua participação no total do gasto público nos últimos anos. Em 2016, essa fatia foi de 8%, enquanto que, em 2006, ela era de apenas 4%. O acréscimo foi impulsionado pelas despesas com educação superior, cuja responsabilidade recai prioritariamente sobre a União, conforme desenhado na Constituição Federal.

No entanto, o aumento de recursos para a educação não foi acompanhado por um monitoramento detalhado de sua efetividade, o que permitiria discernir se de fato foram gerados ganhos sociais correspondentes.



Fonte: Siga Brasil. Elaboração: IFI.

Dos R\$ 109 bilhões gastos com a função Educação em 2016, 29% correspondem a despesas com ensino superior. Esse valor ainda não considera os financiamentos concedidos no âmbito do Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (Fies), que isoladamente corresponderam a 18% do total gasto em Educação. Quanto ao Fies, é importante destacar os riscos fiscais associados à inadimplência nos contratos de financiamento, sobretudo sob o efeito do enfraquecimento recente do mercado de trabalho. Este tema será tratado em detalhe em publicação específica da IFI.